

2. As eventuais omissões serão resolvidas em instâncias próprias, ouvido o ISPSTP.

3. As alterações aos presentes estatutos serão propostas pelo Conselho Científico-pedagógico ao Presidente do ISPSTP que as submeterá ao Ministro da tutela.

#### Artigo 29.º

##### **Revogação**

É revogada toda a legislação que contrarie o espírito e texto dos presentes estatutos.

#### Artigo 30.º

##### **Entrada em vigor**

Os presentes estatutos entram em vigor à data de sua publicação.

Ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto,  
*Dr.ª Maria de Fátima Leite de Sousa Almeida*

#### **Decreto n.º 20/2007**

Tornando-se necessário criar um órgão de coordenação interministerial tendente à implementação de acções relacionadas com a população e género a nível nacional;

Atendendo às novas realidades do país e as recomendações emanadas das conferências de Cairo e Beijing, bem como à dinâmica actual da situação demográfica nacional;

Nestes termos,

Usando das competências conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da Constituição Política, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo o seguinte:

#### Artigo 1.º

É criada na dependência do(a) Ministro(a) do Plano e Finanças a Comissão Nacional da População e Género, abreviadamente designada C.N.P.G.

#### Artigo 2.º

A C.N.P.G. é considerada um órgão de concertação, competindo-lhe propor todas as medidas de coordenação e implementação das acções ligadas a população e Género, estratégias de desenvolvimento social e económico do país, tendentes à melhoria das condições de vida da população santomense e tem as seguintes atribuições:

- a) Propor ao Conselho de Ministros as disposições legislativas e medidas políticas de População e Género que devem ser implementadas no país;

- b) Estimular e apoiar a elaboração de estudos actualizados da situação populacional nacional e regional;
- c) Promover análises do impacto demográfico das políticas governamentais e das acções da iniciativa privada;
- d) Estabelecer diálogo permanente com instituições e entidades nacionais e internacionais, cujos objectivos e actividades possam trazer contribuições relevantes para as questões de População e Género;
- e) Identificar e considerar as demandas da sociedade no tocante às questões de População e Género;
- f) Estimular a progressão, integração e compatibilização dos diversos sistemas de produção de informações relativas à População e Género;
- g) Apoiar a realização de seminários nacionais sobre a temática da população e Género, mobilizando os serviços e departamentos a envolver na execução dessas actividades;
- h) Apreciar e apresentar anualmente ao Conselho de Ministros um relatório sobre a situação sócio-demográfica do país;
- i) Examinar as questões prioritárias que se desprendem da relação existente entre a população, género e o desenvolvimento económico e social.

#### Artigo 3.º

1. Integram a Comissão permanentemente um representante de cada Ministério a seguir indicado:

- a) Ministério do Plano e Finanças;
- b) Ministério da Saúde;
- c) Ministério dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente;
- d) Ministério do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família;
- e) Ministério da Justiça e Assuntos Parlamentares;
- f) Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos;
- g) FONG (Federação das Organizações Não Governamentais).

2. O Instituto Nacional para Promoção da Mulher e do

Género, a Direcção do Planeamento, a Direcção de Estatística e a Direcção dos Cuidados de Saúde constituem a Unidade de Coordenação e asseguram a assessoria técnica e administrativa indispensável ao funcionamento da Comissão.

#### Artigo 4.º

A presidência da Comissão ficará ao cargo do (a) Ministro (a) com a tutela do Ministério do Plano e Finanças ou da pessoa que indicar, cabendo a vice-presidência ao Ministro (a) com a tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família.

#### Artigo 5.º

A Comissão reunirá em plenário uma vez por ano ou sempre que achar necessário e, em particular para abordagem de questões de natureza sectorial, podendo reunir-se de forma restrita convocando apenas os membros relacionados com as matérias em discussão.

#### Artigo 6.º

Aos membros da Comissão serão abonadas senhas de presença, cujo montante será proposto pelo(a) Ministro(a) com a tutela do Ministério do Plano e Finanças.

#### Artigo 7.º

A Comissão poderá organizar grupos de trabalho que entenda necessário para a abordagem dos temas relacionados com questões de População e Género de carácter intersectorial e de interesse para o país.

#### Artigo 8.º

A Comissão aprovará o Regulamento Interno de funcionamento da Unidade de Coordenação.

#### Artigo 9.º

Fica extinta a Comissão Nacional de População.

#### Artigo 10.º

O presente Decreto entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, a 14 de Maio de 2007.- O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, *Eng.º Tomé Soares da Vera Cruz*; Vice Primeira-Ministra e Ministra do Plano e Finanças, *Dr.ª Maria dos Santos Lima da Costa Tebús Torres*; Ministra do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família, *Dr.ª Maria de Cristo Hilário dos Santos Raposo Costa de Carvalho*.

Promulgado em 4 de Julho de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

## Decreto n.º 21/2007

### CRIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

#### Preâmbulo

Tendo em conta a necessidade de definir a finalidade e as competências do Sistema Contabilístico do Estado e de organizar e disciplinar as suas actividades, de maneira a melhor facilitar a análise e a interpretação dos resultados económicos e financeiros da gestão dos recursos públicos e conduzir a uma oportuna e fiável tomada de decisão;

Considerando ser imprescindível instituir um mecanismo que possibilite à Contabilidade Pública evidenciar, com individualização e clareza, a situação patrimonial de todos os agentes públicos que arrecadem receitas, que realizem despesas, que produzam ou executem obras, bens ou serviços e que guardem ou administrem bens pertencentes ao Estado ou a ele confiados;

Considerando, assim, a necessidade de se adoptar um Plano de Contas que assegure a utilização do método das partidas dobradas na escrituração das operações orçamentais, financeiras e patrimoniais do Estado;

Dada a oportunidade de estabelecer normas de contabilidade aplicáveis aos Organismos da Administração Pública, Central, Regional e Local, decorrente da implantação do Sistema de Administração Financeira do Estado- SAFE, criado em 12 de Fevereiro de 2007;

Assim, nos termos da alínea “c” do artigo 111.º da Constituição, conjugada com o capítulo III da Lei n.º 3/2007 de 12 de Fevereiro, o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo o seguinte:

#### Artigo 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento do Sistema Contabilístico do Estado e o Plano de Contas do Estado (PCE), anexos ao presente Decreto e que dele fazem parte integrante.

#### Artigo 2.º (Implementação do Plano de Contas do Estado- PCE)

1. O PCE é aplicável a todos os Organismos do Sector Público Administrativo.

2. A partir do exercício financeiro de 2008 o PCE deve ser adoptado por todos os Organismos do Poder